

Forças Armadas: o sentido da reforma

Se a não fizermos agora a reforma, arriscamo-nos a preparar as nossas Forças Armadas para as guerras do passado, mas não para as guerras do futuro.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 21 de Abril de 2021

A [reforma da estrutura superior das Forças Armadas](#) tem sido objecto de debate na imprensa portuguesa. Um debate, porém, muito técnico e difícil de acompanhar pela opinião pública em geral. [Um debate entre personalidades militares muito qualificadas](#), mas que não tem mobilizado a sociedade. Não é este o tempo nem o lugar para discutir as questões técnicas, mas há uma questão que interessa a todos nós cidadãos e que todos podemos perceber: se o sentido da reforma vai ou não ao encontro do interesse nacional.

A estrutura de comando das Forças Armadas assim como o modelo de serviço militar são fenómenos históricos: evoluem com o ambiente estratégico, a natureza das ameaças e as missões das Forças Armadas. Até à Guerra Fria as ameaças à segurança do Estado vinham dos outros Estados. Eram ameaças de natureza estritamente militar que se traduziam pela invasão do território. As missões das Forças Armadas eram, por isso, missões de defesa do território, que tradicionalmente designamos pela “defesa da Pátria”. Exigiam exércitos de massas que o serviço militar obrigatório permitia e o comando autónomo de acordo com a natureza da operação: terrestre naval ou aérea. No fim da Segunda Guerra, as grandes operações anfíbias com meios, terrestres, navais e aéreos, como o desembarque na Normandia, impuseram o reforço da direcção política e da coordenação estratégica, que a NATO veio consagrar com a criação dos ministérios da Defesa e dos estados-maiores gerais das Forças Armadas. O fim da Guerra Fria mudou o ambiente estratégico: entraram em cena os actores não estatais, as ameaças tornaram-se transnacionais, simultaneamente, de natureza militar e não militar: o terrorismo, a criminalidade organizada, os Estados falhados. As missões não são mais de defesa da Pátria, mas de produção de segurança internacional a milhares de quilómetros do território nacional. Exigem, por isso, militares profissionais e unidade do comando estratégico.

Na conjuntura actual, a guerra por procuração, a guerra híbrida, a [ciberguerra](#) e o uso de tecnologias disruptivas reforçam ainda mais a necessidade de comando e emprego conjunto de forças militares para responder a estes desafios. É isso que torna as reformas necessárias e é por isso que desde os anos 90 os aliados na NATO e na UE fizeram a reforma da estrutura superior das suas Forças Armadas neste sentido. Os Estados com Forças Armadas da dimensão de Portugal extinguíram, pura e simplesmente, os estados-maiores dos ramos e concentraram-nos num estado-maior conjunto (Bélgica; Holanda; Suécia; Dinamarca).

Os Estados com Forças Armadas de maior dimensão mantiveram os estados-maiores dos ramos, mas numa lógica de comando conjunto, integrando não só as dimensões

tradicionais — terrestre, naval e aérea — mas também o espaço e o ciber (Espanha; França, Reino Unido). Desde a reforma espanhola de 2015, Portugal é o único país entre os aliados com que coopera de perto nas missões internacionais que não acompanhou a mudança. Haverá razões para a excepcionalidade portuguesa? Certamente que sim. O passado pesa na memória nacional e na memória das instituições. E as inércias históricas existem nas sociedades. É natural que assim seja. Até ao fim do regime autoritário os três ramos das Forças Armadas tinham assento no governo: Ministério do Exército, da Marinha e Secretaria de Estado da Aeronáutica. E no processo de democratização as Forças Armadas exerceram uma tutela militar sobre a democracia, a que só a primeira revisão constitucional e a Lei de Defesa Nacional puseram termo em 1982 — muito pela vontade política e a acção concertada de Sá Carneiro e Mário Soares. O que não é natural é que não adaptemos as nossas Forças Armadas aos desafios estratégicos que terão de enfrentar.

Desde 1991 os sucessivos governos inscreveram todos nos seus programas o desígnio de reorganização das Forças Armadas para responder às exigências de maior centralização do comando e emprego conjunto das forças. Porém, só em 2009, um governo PS e em 2014 um governo PSD-CDS passaram do discurso à prática. Mas as resistências e os compromissos deixaram ambas as reformas muito aquém dos seus objectivos. Trata-se agora de as completar e fechar um ciclo longo que vem desde 1991. A reforma pode contrariar alguns interesses corporativos, mas vai no sentido do interesse nacional. Se a não fizermos, agora, arriscamo-nos a preparar as nossas Forças Armadas para as guerras do passado, mas não para as guerras do futuro.

<https://www.publico.pt/2021/04/21/opiniao/opiniao/forcas-armadas-sentido-reforma-1959317>